

PLENÁRIA NACIONAL DA FENASPS

Data: domingo, 15 de dezembro de 2019.

Local: sala 11 do Hotel Nacional, em Brasília.

Estados presentes: CE – ES – GO/TO – MG – MS – PA – PR – RJ – RN – SC – SP e SE e oposições sindicais da BA, do DF e da PB.

Participantes: 75 presentes: 66 delegados(as) e 9 observadores(as)

Pauta: 1. Informes: a) Atividades dos SPFs e FONASEFE; b) Congresso CSP-Conlutas; c) Audiências Públicas no Senado Federal e no Ministério Público/RJ; d) Reuniões na GEAP (custeio das despesas/mensalidades); e) Reunião do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE); f) Contrarreformas da Previdência e Administrativa; g) Desestruturação do INSS, da Seguridade Social e da Anvisa; h) Nota Técnica: Alteração nas atribuições do Serviço Social; i) Reorganização da Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais (CNESF). 2. Avaliação de Conjuntura – Plano de Luta: a) Calendário de Mobilização dos Servidores Públicos Federais; b) Frente em Defesa do Serviço Público. 3) Resoluções dos Seminários Nacionais do Seguro Social/INSS e da Seguridade Social. 4) Assuntos Gerais.

ÚLTIMA PLENÁRIA DO ANO APROVA PLANO DE LUTAS COM ATIVIDADES PARA 24 DE JANEIRO DE 2020



Nesse domingo, 15 de dezembro, a Fenasps realizou sua última Plenária Nacional neste ano de 2019. Apesar da proximidade com datas festivas, a adesão foi grande:

Representantes de 12 sindicatos estaduais (CE – ES – GO/TO – MS – MG – PA – PR – RJ – RN – SC – SP e SE) além das oposições sindicais de BA, DF e PB, contemplando todas as regiões do país, aprovaram, por unanimidade, o plano de lutas para os primeiros meses de 2020.

Após as discussões e avaliações de conjuntura, os(as) trabalhadores(as) presentes aprovaram a realização de atos de rua, e em frente às APS, no dia 24 de janeiro, Dia Nacional do Aposentado, usando como mote justamente o fim das aposentadorias, decretado pela contrarreforma da Previdência do governo Bolsonaro ([Emenda Constitucional nº 103/2019](#)).

Além disso, foi aprovado que a Fenasps deverá seguir o calendário do Fonasefe, que já tem previsão para organização de atividades na primeira quinzena de fevereiro do ano que vem. Ainda, foi indicada a realização de encontros setoriais, do Seguro e Seguridade Social, e Anvisa, e de uma nova Plenária Nacional da federação até março de 2020.

Confira o álbum de fotos da Plenária Nacional, realizada no domingo, 15 de dezembro, na [página oficial da Fenasps](#).

SEMINÁRIO NACIONAL DISCUTE AS CONTRARREFORMAS E O IMPACTO DA RETIRADA DE DIREITOS PARA O SERVIDOR E A POPULAÇÃO



No último dia 14 de dezembro, a Fenasps realizou mais um Seminário Nacional para discutir e debater as contrarreformas da Previdência, Administrativa e Sindical, contando com a presença do representante da Auditoria Cidadã da Dívida, Matheus Magalhães, e do Assessor Jurídico da FENASPS, Dr. Luís Fernando Silva.

Matheus, da Auditoria Cidadã da Dívida, iniciou o Seminário falando sobre a Dívida Pública e a vinculação da mesma com a necessidade urgente das reformas alegadas pelo projeto ultraliberal em curso.

A dívida pública é o maior sistema de drenagem e sequestro de recursos públicos em nosso país, e a necessidade de continuar transferindo uma fatia cada vez maior do orçamento da União para o sistema financeiro é que vem, ao longo do tempo e em todos os governos, justificando a maioria das reformas que tiram direitos dos(as) trabalhadores(as), criando mecanismos de garantia para os(as) grandes especuladores(as), enquanto extermina políticas públicas essenciais ao povo brasileiro, como é a previdenciária, por exemplo.

Matheus também chamou atenção para a série de inverdades que o Governo usa quanto à destinação dos recursos, como o conhecido *déficit* da Previdência, o custo do Serviço Público e a folha dos(as) servidores(as) e a enorme quantidade de ilegalidades e inconstitucionalidades que cercam o pagamento da dívida. Algumas das irregularidades apontadas pela Auditoria Cidadã estão na tentativa de serem legalizadas pelo governo, por meio de Medidas Provisórias (MP's), como é o caso do depósito compulsório, que diariamente remunera a sobra de caixa dos bancos, a taxa Selic, retirando dinheiro do mercado e diminuindo ainda mais a base monetária do país: "Esses recursos poderiam estar financiando projetos e subsidiando o crescimento da economia, mas estão presos no Banco Central engordando os lucros dos Bancos", salientou Matheus.

Já Luís Fernando Silva, assessor jurídico da federação, iniciou sua exposição com uma frase de Vladimir Lênin, em contraponto à enorme angústia e desilusão por que passa a classe trabalhadora: ***"É preciso sonhar, mas com a condição de crer em nosso sonho, de observar com atenção a vida real, de confrontar a observação com nosso sonho, de realizar escrupulosamente nossas fantasias. Sonhos, acredite neles"***.

O assessor fez então uma breve análise de conjuntura na qual demonstrou a constante mudança da face estatal, aprofundada agora no governo Bolsonaro. "Eles decidiram que não há mais espaço para o mínimo de políticas públicas ou serviços estatais para a população. Estamos presenciando uma mudança no Estado Brasileiro, onde o Sistema Financeiro e seu representante, Paulo Guedes – o *Chicago boy* – pretende nos transformar em outro Chile, aprofundando ainda mais a miséria e as agruras de nosso povo", argumentou Fernando.

Para o Serviço Público o cenário não poderia ser pior. As PEC's 186, 187 e 188, que vem para trazer equilíbrio fiscal do Estado, protegem e ampliam o esquema da dívida no Brasil e aprofundam a dependência do sistema financeiro. Segundo Luís Fernando, "precisa-se retirar recursos de algum lugar, reduzir o gasto público, e vocês [servidores(as)] são o gasto público. As áreas sociais do governo, é preciso acabar com elas para garantir recursos para o sistema financeiro".

A lógica é diminuir o Estado: reduzir direitos trabalhistas e sociais, a proteção ambiental, o quantitativo de servidores(as) públicos(as); elevar a carga tributária; desmontar o INSS; manter a lógica da "dívida"; ampliar a informalidade nas relações de trabalho; aumentar o uso agrotóxicos; acelerar o desmatamento e exploração da Amazônia e a entrega das riquezas minerais, etc. Completou ele: "anotem, no próximo seminário vamos estar debatendo a privatização da Previdência."

Sobre a Medida Provisória (MP) nº 905, Fernando foi enfático em dizer que taxa do seguro-desemprego livra empresários de recolher Previdência dos que aderirem à carteira verde e amarela. Na mesma medida, a Reforma Administrativa virá para acabar com a estabilidade para a grande maioria das carreiras, além de suspender concessões de vantagens, aumentos e reajustes; alterações de carreira; progressão e promoção; admissão de servidores; criação ou majoração de auxílios, vantagens ou benefícios; benefícios indenizatórios e com certeza determinar a redução da jornada com redução remuneratória.

O assessor jurídico expôs também as mudanças da reforma da Previdência de uma maneira geral e destacou as regras de transição para o funcionalismo público. "As pessoas ainda não se deram conta do que está colocado, principalmente os servidores", declarou.

Luís Fernando concluiu chamando à mobilização e à necessidade de fortalecer os instrumentos de luta. "Não existe nenhuma reforma que não esteja ligada a um contexto e um projeto. Precisamos entender que projeto é esse, como estamos inseridos(as) e como seremos atingidos(as) por ele. Qual a dimensão do problema e como ele atinge nossa realidade. A partir daí, uma tomada de consciência pode fazer com que as pessoas possam querer voltar a lutar", finalizou.

Confira o álbum de fotos deste seminário nacional, realizado no sábado, 14 de dezembro, na [página oficial da Fenasps](#).

1) PROPOSTAS APROVADAS:

1.1 SOBRE NOVO CONTRATO DE CONSIGNAÇÃO DO SERPRO: A FENASPS encaminhou a documentação, por e-mail, para todos os sindicatos filiados tomarem ciência e darem os devidos encaminhamentos. Após análise e reunião com a Assessoria Jurídica, com informações prestadas pelos dirigentes, obtidas em reunião com o SERPRO, concluímos que o novo contrato não traz aspectos jurídicos capazes de justificar uma ação judicial em sentido contrário, de modo que a orientação deve ser para que os sindicatos adotem as medidas indicadas pelo SERPRO e celebrem o novo contrato na forma sugerida pela referida empresa.

1.2 VIVAPREV: A FENASPS vai solicitar aos(as) Conselheiros(as) da Vivaprev que apresentem um relatório pormenorizado de como está o cumprimento das liminares das entidades, visto que a Federação vem recebendo muitas reclamações dos(as) associados(as) sobre cobranças referentes a reajustes abusivos de mensalidades, cobranças extraordinárias via emissão de boletos e exclusão dos planos sem aviso prévio. Vai ser feito um boletim explicativo sobre estas questões, para informar e orientar os(as) trabalhadores(as).

1.3 ASSUNTOS DA GEAP: No próximo período deverão ser realizadas eleições para os conselhos da GEAP e é muito importante que os(as) trabalhadores(as), votem em representantes comprometidos(as) em defender seus direitos. Chega dos abusos e usuras cometidas pela atual gestão da GEAP! Chega de conselheiros(as) que não têm nenhum compromisso com os participantes do plano! Vamos mudar os rumos! A GEAP pertence aos(as) trabalhadores(as), que a duras penas pagam suas contribuições enquanto a maioria dos(as) indicados(as) pelo governo não fazem parte ou contribuem com plano.

2) SEMINÁRIOS/FENASPS:

2.1) REUNIDOS(AS) EM SEMINÁRIO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS), SÁBADO, 14 DE DEZEMBRO/19, OS(AS) TRABALHADORES(AS) DA BASE DA FENASPS DEBATERAM DIVERSAS PROPOSTAS, APROVANDO AS SEGUINTE RESOLUÇÕES NESTA PLENÁRIA NACIONAL:



1. Aprovar resolução orientando os(as) trabalhadores(as) a organizar as frentes unificadas de luta – para enfrentar os ataques do projeto ultraliberal – do Serviço Social, do Seguro e Seguridade Social e Anvisa;

2. Orientar a realização de atos de rua, e em frente às APS do INSS, no Dia Nacional dos(as) Aposentados(as), celebrado em 24 de janeiro, com distribuição de carta aberta à população;

3. Construir comitês unificados com entidades sindicais e movimentos sociais – MST, de mulheres, de sem-teto – para enfrentar os ataques do projeto ultraliberal;
4. Organizar ato público unificado com demais trabalhadores(as) na primeira quinzena de fevereiro de 2020;
5. Orientar à realização dos fóruns de debate sobre o desmonte e as alterações no processo de trabalho no INSS, na Seguridade Social e na Anvisa;
6. Realizar Encontros setoriais e Plenária Nacional até a primeira quinzena de março de 2020;
7. Elaborar análise técnica e jurídica sobre as consequências do desmonte do Estado;
8. Orientar os sindicatos da base da Fenasps a apoiar política e financeiramente os(as) trabalhadores(as) do Serviço Social para realizar encontros específicos estaduais, até março, e o Encontro Nacional do Serviço Social, até maio de 2020;
9. Realizar Encontro Nacional de Comunicação com os sindicatos de base para organizar o setorial de Comunicação da Federação, e sugerir à Diretoria Colegiada realizar debates para organização da comunicação da entidade, a fim de organizar, democratizar e agilizar as informações da Federação para os sindicatos filiados e trabalhadores(as). O Encontro Nacional, a ser convocado pela Diretoria Colegiada, vai discutir e traçar estratégias para alcançar a base dos(as) trabalhadores(as) do Seguro, Seguridade Social e Anvisa, e demais carreiras do Serviço Público, bem como atingir os(as) demais trabalhadores(as) da iniciativa privada;
10. Fortalecer os comitês estaduais de luta em conjunto com movimentos sociais, sindicatos, centrais, conselhos de classe, etc., para atuação em todas as frentes, ações de massa, e também pelos canais digitais;
11. Solicitar reunião emergencial conjunta com o Ministério da Economia e presidente do INSS e exigir a revogação da Portaria nº 13.623, editada pelo Ministério da Economia, que prevê o fechamento de unidades de trabalho, incluindo agências e postos de trabalho do INSS e Ministério do Trabalho. Requerer que apresentem explicações sobre quais foram parâmetros usados pela gestão que justificaram esta decisão;
12. Ampliar a luta pela realização de Concurso Público para recompor os quadros de pessoal defasados em virtude das aposentadorias e dar conta da crescente demanda por serviços e benefícios do INSS;
13. Orientar os(as) servidores(as) do Seguro, Seguridade Social e ANVISA, a denunciar para os sindicatos os casos de Assédio Moral provocado pelas alterações no processo de trabalho, que vem travestidos de cobrança de produtividade, transferências arbitrárias, além das imposições arbitrárias de atribuições diferentes da atividade profissional, para que as entidades sindicais tomem as medidas cabíveis;
14. Exigir o imediato cumprimento da regulamentação dos dispositivos dos acordos de greve incluídos na Lei nº 13.324/2016 – Comitê Gestor da Carreira do Seguro e da Seguridade Social, Jornada de 30 horas x REAT, concessão do adicional de insalubridade e melhores condições de trabalho;
15. Solicitar orientações da Assessoria Jurídica sobre os direitos trabalhistas dos(as) servidores(as) que aderiram ao Teletrabalho, para evitar problemas legais com essa nova modalidade, licenças legais e o pagamento dos benefícios sociais;

16. Cobrar do governo o cumprimento das resoluções do Tribunal de Contas da União (TCU), bem como de todas as ações com decisões que asseguram a conversão do tempo de serviço no período insalubre anterior a 1990;
17. Cobrar do governo aumento do valor da *per capita* dos planos de saúde – GEAP e CAPESAÚDE. E fazer alteração na norma assegurar o pagamento dos valores da *per capita* mesmo quando o Plano de Saúde esteja em nome do(a) cônjuge;
18. Lutar pela revogação da EC 95 – Reposição Salarial já;
19. Exigir do INSS uma política de capacitação permanente e presencial;
20. Revisão das pontuações referentes aos processos analisados conforme as sugestões/críticas enviadas;
21. Rediscussão, pelo Comitê que será formado, dos indicadores da GDASS com a suspensão dos ciclos até que seja refeito o método de aferição com a participação efetiva e representativa dos servidores;
22. Exigir que o ingresso nas CEABs, Semipresencial, Teletrabalho e outros programas de trabalho, sejam facultativos e não obrigatórios; e que tenham a capacitação antes de iniciarem o trabalho;
23. Exigir integração entre os processos de trabalho do INSS e a perícia médica, exigindo que tenha o total de servidores(as) suficientes para os atendimentos nas APS: ESPONTÂNEO, DEMANDAS JUDICIAIS, PERÍCIA MÉDICA, SERVIÇO SOCIAL E REABILITAÇÃO PROFISSIONAL, CUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIA E TRIAGEM, DENTRE OUTROS;
24. Cobrar o cumprimento e aplicação da Norma Regulamentadora (NR) 17 em todos os processos de trabalho;
25. Exigir a revogação da Portaria nº 424 do Ministério da Economia, que promove corte de verbas, estrutura material e estagiários, causando graves problemas no funcionamento dos órgãos Públicos Federais;
26. Orientar os sindicatos estaduais a realizar trabalho de pesquisa sobre Saúde do Trabalhador com trabalhadores(as) do INSS;
27. Exigir o fim das remoções/distribuição à revelia;
28. Contra o desvio de função e revogação de todas as medidas que distribuem as(os) profissionais do Serviço Social e da Reabilitação Profissional;
29. Exigir do INSS a construção de uma política de saúde e segurança dos(as) trabalhadores(as) no âmbito do Seguro Social;
30. Tendo em vista o evidente prejuízo dos(as) servidores(as) públicos(as) federais, estaduais e municipais, suas empresas públicas e autarquias, e sem prejuízo dos(as) demais trabalhadores(as), requerer do INSS a organização de força-tarefa para a priorização das emissões das certidões de tempo de contribuições destes(as) trabalhadores(as) a fim de assegurar que possam usufruir dos seus direitos. Em todo o país, milhares de servidores(as) já protocolaram o pedido de aposentadoria ou abono de

permanência que estão sobrestados, pois dependem da CTC para usufruir os seus direitos. Nos casos mais urgentes, orientar entrar na Justiça para assegurar seus direitos;

31. Que a FENASPS indique aos sindicatos filiados a realização de campanhas de filiação sindical, ressaltando a urgência de fortalecer a luta dos(as) trabalhadores(as);

32. Exigir atendimento e cumprimento às pautas reivindicações dos(as) trabalhadores(as) encaminhadas ao governo pela Federação;

33. A FENASPS deverá adotar todas as medidas cabíveis para obrigar o INSS a cumprir o decreto que regulamentou a GDASS, bem como a Lei nº 13.324/2016, que não autorizou o governo a mudar métrica de medição do Indicador IMA/GDASS. Não permitir a vinculação da avaliação institucional com o sistema de pontuação individual de 90 pontos. Cobrar a imediata adoção das resoluções aprovadas no Comitê Gestor Nacional de Avaliação de Desempenho (CGNAD);

34. A Federação cobrará do governo medidas para assegurar a segurança no trabalho dos(as) servidores(as) das ADJ, para que estes(as) não sejam responsabilizados(as) por eventuais problemas no cumprimento das ações judiciais por motivos alheios a sua vontade. Muitos processos estão sendo enviados para o endereço eletrônico do(a) servidor(a) com prazos exíguos ou até mesmo fora de prazo e é responsabilidade da Instituição assegurar as devidas condições de trabalho para evitar multas e outras sanções por atrasos. Nos casos onde houver estas cobranças, procurar urgentemente a assessoria jurídica dos sindicatos.

35. Considerando a extinção do SIASS, faz-se necessário à Fenasps, juntamente com demais entidades, exigir e cobrar do governo a urgência em reorganizar o sistema. Os(as) servidores(as) sofrem prejuízos financeiros e emocionais. Processos parados de pedidos de isenção de IR, redução de carga horária, remoção e aposentadoria por invalidez;

36. Que a Fenasps e os sindicatos realizem debates e seminários para discutir a situação dos(as) trabalhadores(as) da carreira do Seguro Social em virtude das alterações que virão em decorrência da proposta da Reforma Administrativa do governo;

37. Elaborar Carta Aberta à população informando os prejuízos relacionados à imposição da nova Plataforma Digital do INSS, que deixa sem atendimento milhões de trabalhadores(as) sem acesso à internet ou outros canais digitais. Estas medidas do governo atingem todos os setores da classe trabalhadora, usuária dos serviços do INSS.

O Comitê que será criado com a participação de servidores(as) e integrantes do INSS, conforme audiência realizada com o presidente do INSS em 24/09/2019, para discussão dos indicadores, pontuação, processos de trabalho, etc, deverá considerar os seguintes encaminhamentos, conforme relatório do Seminário do Seguro Social realizado em 21 de setembro e deliberado por esta Plenária:

1. Sobrestar todas as tarefas que dependam de análise por parte da perícia médica criando sub-tarefas com texto padrão até que seja definido fluxo adequado para a atual situação e atuação dos(as) médicos(as) peritos(as) federais;

2. Os PPP's ou outras análises como perícia maior inválido, perícia LC 142, perícia de BPC que sejam de competência médica para definição do reconhecimento de direito ao(à) segurado(a)/requerente seja analisados pela perícia médica e depois encaminhados despachos para os(as) servidores(as)/concessores(as) analisarem administrativamente o processo/tarefa;

3. Divulgar publicamente os resultados das pesquisas realizadas nos últimos meses e seus encaminhamentos para cada assunto tratado nestas pesquisas que têm influência direta ao(à) servidor(a);
4. Divulgar publicamente os registros de chamados (SDM) Nacional e Regional com os desdobramentos e incidentes registrados;
5. Realização, no máximo a meta mínima para não ser desligado dos programas: Semipresencial: 54 pontos – 60% da meta no primeiro mês, conforme parágrafo 1º, art. 30 da Resolução 691/PRES/INSS de 25/07/2019 e Teletrabalho: 59 pontos – 50% da média dos participantes (considerando a meta de 117 pontos), conforme alínea a, Inciso V, art. 22 da Resolução 681/PRES/INSS de 24/05/2019; Demais integrantes da CEAB – Considerando que não há ainda instrumentos legais de coação para o cumprimento da meta, realização do trabalho com excelência e de pontuação condizente com a qualidade dos processos e manutenção da saúde física e mental do(a) servidor(a);
6. Que o INSS se responsabilize pelo equipamento/internet e/ou demais ferramentas para a realização do teletrabalho – ou indenização correspondente;
7. Comissão para revisão do sistema de pontos, avaliação da produtividade e do desempenho, com ênfase na coparticipação dos(as) servidores(as) que atuam na análise de processos, adequação à complexidade dos processos e fixação de metas considerando à produtividade histórica;
8. Sugestão para Brasília: meta real considerando a carga horária de atendimento ao público (continuamos a atender o público virtualmente); toda ação do(a) servidor(a)/requerimento deve ser pontuada; tarefa que dependa de médico(a) ou assistente social deve ser pontuada antes de enviar pra análise e pontuar 0,5 na volta (LOAS, PPP, perícia extra-sabi); aumentar a pontuação da exigência para ao menos 0,5, visto que fazemos toda uma análise anterior; teletrabalho deve analisar todo o tipo de tarefa (privilégio para poucos); não se pode cobrar sem capacitar; capacitação online sem tutor deve ser aberta a todos e sem prazo determinado para concluir e/ou acessar; INSS deve organizar a legislação decentemente para que possamos consultar; em caso de alterações legislativas internas elas precisam entrar em vigor em ao menos 30 dias para adequações; se há meta, não há SISREF; com SISREF não há meta; em caso de falha no sistema desconta-se automaticamente a pontuação do dia; critérios de negativa do BMOB precisam ser revistos (propaganda enganosa, fazemos e não recebemos); se não bateu a meta deve-se capacitar o(a) servidor(a) e não punir; capacitação deve ser pontuado (para os(as) médicos(as) funciona assim) etc;
9. Considerando o sucateamento do parque de TI na autarquia (internet lenta, computadores ultrapassados e sistemas corporativos constantemente fora do ar), a falta de transparência de como foi implantado os parâmetros de pontuação mensal e valores atribuídos a cada tarefa, suspender a meta de produção tanto para medição de GDASS quanto para pagamento de BMOB e criação de um grupo de trabalho com participação equitativa de representantes dos(as) servidores(as) e governo, para discutir metas de produção mensal e pontuação das tarefas;
10. Construir parâmetros para descontar da meta mensal paradas e lentidões ocorridas no sistema, realizada de forma transparente e automática, também a ser discutida pelo GT de produção a ser criado com representantes do governo e servidores;
11. O atendimento ao público em geral e aos(às) advogados(as) em face da ACP 0026178-78,2015,4.01,3400, realizado pelos(as) servidores(as) e as nomeações de chefias, devem ter pontuações dispensadas ou considerada cumpridas pois a determinação de se realizarem tarefas diárias para atingir a pontuação obrigatória não levou em consideração o fato de os(as) advogados(as) e o

público em geral continuarem afluindo às agências, sendo que os atendimentos são obrigatórios sob pena de descumprimento de preceitos funcionais, judiciais, legais e constitucionais;

12. Que se faça discussão do Adicional de Qualificação (AQ).

Confira o álbum de fotos deste seminário nacional, realizado no sábado, 14 de dezembro, na [página oficial da Fenasps](#).

2.2) REUNIDOS(AS) EM SEMINÁRIO NACIONAL DA SEGURIDADE SOCIAL (CPST), SÁBADO, 14 DE DEZEMBRO/19, OS TRABALHADORES(AS) DA BASE DA FENASPS DEBATERAM DIVERSAS PROPOSTAS E AS SEGUINTE APROVADAS NESTA PLENÁRIA NACIONAL:



1. Os participantes aprovaram que se resgatem as propostas aprovadas no Encontro anterior para contribuir com o processo de mobilização da categoria;

2. Que a Fenasps faça um dossiê e encaminhe ao Ministério da Saúde com as seguintes demandas: a) Diminuição drástica do quadro de pessoal das superintendências estaduais; b) Demora no atendimento das demandas dos(as) servidores(as) do interior (*per capita*; processos de aposentadorias, insalubridade; entre outros);

3. Que a FENASPS denuncie junto à Gestão de Pessoas do MS a forma arbitrária com que as Superintendências estaduais têm requisitado servidores(as) administrativos cedidos ao SUS, para recompor os seus quadros sem a anuência do(a) servidor(a), sem considerar sua residência e/ou relação familiar;

4. Que a Fenasps faça interlocução junto ao Ministério da Economia para agilizar os processos de aposentadoria, entre outros, para os(as) servidores(as) do extinto Ministério da Previdência por estes não terem nenhuma referência nos estados;

5. Que a Fenasps realize ações junto ao Ministério da Saúde, uma vez que os(as) servidores(as) cedidos(as) ao SUS nos municípios, no estado do Ceará, estão sendo devolvidos(as) às Gerências sem nenhuma justificativa, sendo que vários(as) servidores(as) já estão em idade de se aposentarem. No primeiro momento, eram aproximadamente 150 servidores(as). Foi alegado pelo superintendente do MS/Ceará que a prefeitura não poderia arcar com os exames periódicos. Após várias conversas, foi realizado um acordo para permanecerem no SUS dos municípios, mas recentemente reiniciaram a devolução destes(as) servidores(as) com a alegação de só aceitariam servidores(as) das Organizações Sociais da Saúde (OSS);

6. Vários(as) servidores(as) do Ministério da Saúde e do INSS, no estado da Bahia, estão em situação difícil com a perda do plano de saúde/Geap por falta de pagamento dos boletos, orientados pela direção do sindicato, principalmente pelo Conselheiro Nacional da Geap que tem assento no CONAD, que orientou o não pagamento dos boletos enviados pela Geap, acumulando até 6 (seis) meses de boletos em atraso. Decorrentes disso, os(as) servidores(as) estão fora do plano/Geap. Que a Fenasps possa fazer um processo de negociação para o retorno destes(as) servidores(as) ao plano de saúde da GEAP;
7. Devido a proibições de acesso dos(as) servidores(as) do próprio MS nas dependências da Superintendência Estadual no Estado da Bahia, que a Federação discuta a questão junto ao Ministério da Saúde (Gestão de Pessoas);
8. Que a Fenasps, em suas convocações, recomende aos sindicatos estaduais que seja assegurada, em seus encontros, seminários, plenárias e demais fóruns, a participação dos(as) servidores(as) de sua base;
9. Que a Fenasps viabilize, junto às demais entidades que representam os(as) servidores(as) do ex-Ministério do Trabalho – Condsef e Cntss –, Encontro Nacional para tratar das questões específicas. Proposta para que seja realizado no primeiro trimestre de 2020;
10. Que a Fenasps faça gestão junto ao Ministério da Economia questionando qual a política laboral a ser aplicada aos servidores do ex-Ministério do Trabalho e de suas unidades descentralizadas em decorrência da implantação das plataformas digitais governamentais;
11. Que a Fenasps recomende as entidades estaduais a utilizar todas as formas possíveis para mobilizar os(as) servidores(as) contra os desmontes feitos pelo governo;
12. Que a Fenasps oriente os sindicatos estaduais, como forma de mobilização, que cada companheiro(a) assuma o compromisso de trazer mais um(a) para as reuniões de mobilização da categoria nos estados.

Confira o álbum de fotos deste seminário nacional, realizado no sábado, 14 de dezembro, na [página oficial da Fenasps](#).

3) CALENDÁRIO:

20 de dezembro de 2019 – Reunião entre na Diretoria de Gestão de Pessoas do Ministério da Economia (DGP/ME) com FENASPS, CFESS e CNTSS, às 16h30min;

12 de fevereiro de 2020 – Ato das Centrais Sindicais no auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, em Brasília/DF;

18 de março de 2020 – Greve Geral organizada pela Centrais Sindicais.

Brasilia-DF, 15 de dezembro de 2019.
Diretoria Colegiada da FENASPS